

As razões do governo para a nova mensagem

por Thais Bastos
de Brasília

As três alterações feitas pelo Executivo na nova versão de lei orçamentária para 1989, encaminhada na tarde da segunda-feira ao Congresso, não justificariam, pelo seu tamanho, a elaboração de um novo e completo projeto, que consumiu quatro dias de trabalho da equipe da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da Seplan. O que motivou o trabalho, segundo o titular da SOF, José de Barros Ribas Netto, foi a interpretação do Executivo de que o novo texto encaminhado substituiu integralmente a primeira proposta, levada ao Congresso no final de agosto, junto com as revisões consubstanciadas no ajuste fiscal, que chegaram ao Congresso no dia 18 passado.

"O projeto encaminhado ontem (anteontem) torna-se agora o instrumento a ser analisado pelo Congresso, uma vez que inclui as primeiras modificações e as pequenas realocações que agora fazemos", afirmou Ribas Netto. Ele admite que a margem de ação dos parlamentares sobre o projeto orçamentário é "mínima", mas atribui o fato às dificuldades que o País enfrenta. "Não há recursos disponíveis dentro da meta de governo de zelar o déficit público no ano que vem", diz, salientando que o esforço no corte de gastos feito pela equipe econômica alcançou CZ\$ 1,2 trilhão no orçamento das operações oficiais de crédito comparando-se os recursos desta rubrica no orçamento 1988 e os destinados na proposta para 1989, ambos considerados a preços de junho passado.

Qualquer redução de receita para a União — como a que ocorreria com o aumento do limite de rolagem das dívidas estaduais e municipais — terá de ser compensada, pelos parlamentares, com equivalente corte de gastos programados no projeto orçamentário, e

na forma como foi encaminhada ao Congresso, o projeto reduz significativamente esse leque de gastos possíveis de ser enxugados. De subsídios, estão previstos desembolsos do Tesouro no valor de CZ\$ 78,2 bilhões (a preços de junho), equivalentes a pouco mais de 0,1% do PIB, o que, em tese, poderia somar-se a mais 0,5% do PIB a título de aumento de receita da União com o fim dos incentivos fiscais, o que ainda é insuficiente para cobrir, por exemplo, os CZ\$ 240 bilhões que deixariam de entrar como receita da União em 1989 caso o Congresso decida pela proposta de pagamento das dívidas dos estados e municípios pelo efeito cascata.

AS ALTERAÇÕES

"Um erro" na elaboração da primeira proposta orçamentária, segundo Ribas Netto, fez com que CZ\$ 9 bilhões que a União deveria repassar ao Ministério das Minas e Energia (MME) para reembolso de pagamento da dívida externa de Furnas (Eletrobrás), fosse incluído como verba do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC). A primeira alteração contida na nova proposta do Executivo, encaminhada na última segunda-feira, corrige o erro, retirando CZ\$ 9 bilhões da dotação do MIC e alocando-os na dotação do MME, sem contudo alterar as contas finais.

A segunda mudança feita também não altera o orçamento como um todo, tratando-se simplesmente, segundo o titular da SOF, de realocação de CZ\$ 20,4 bilhões da rubrica custeios para a de pessoal, dentro do orçamento do Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, destinados à LBA/Funabem.

Finalmente, a reserva de contingência, no valor de CZ\$ 50 bilhões, passou a ter CZ\$ 48,39 bilhões, tendo sido destinados os CZ\$ 1,6 bilhão para os parlamentares, a título de subvenção.